

“La vai uma chalana”... 50 anos de travessias da Pedagogia no Pantanal Sul-Mato-Grossense

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: IMPLICAÇÕES PARA A QUALIDADE DO ENSINO BÁSICO EM PORTUGAL

Marco Antonio Oliva Monje
Universidade Católica Dom Bosco
mmonje@terra.com.br

O objetivo do presente relato de experiência é mostrar o Estágio Científico Avançado (doutorado sanduíche) realizado no período entre 01 de abril 2017 e 30 de setembro de 2017, na Universidade do Minho, Portugal. Foi o de conhecer e analisar as políticas de avaliação educacional para o ensino básico em Portugal, tendo em atenção, sobretudo a sua relação com a qualidade no ensino. Os objetivos específicos foram o aprofundamento teórico conceitual acerca da qualidade do ensino e avaliação educacional, procurando igualmente perceber que modalidades e instrumentos de avaliações estão sendo utilizados no ensino básico, a partir da Lei nº. 46/1986 (Lei de Bases dos Sistema Educativo). O Estágio foi financiado pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior/CAPES Processo n.º 88881.133359/2016-01. Para que pudesse conhecer mais de perto a realidade do sistema educativo em Portugal, além das leituras, análises e sistematizações de artigos, dissertações, teses e documentos que regulamentam e disciplinam o ensino escolar português e, em especial, a qualidade e avaliação do ensino, fizemos uma pesquisa empírica na qual foram visitadas duas escolas em Braga, que oferecem o ensino básico e, na oportunidade, foram entrevistadas as suas direções, assim como priorizou as opiniões dos profissionais e outros responsáveis de gestão em relação à questão da qualidade da educação. Em Portugal, vários departamentos do ministério da educação intervêm na avaliação externa, enquanto que a avaliação interna está a cargo das escolas (ou agrupamentos de escolas) e dos professores. Constatou-se com os entrevistados que tanto as avaliações internas como as externas geram debates e levam a posições distintas. A este propósito, os resultados do PISA da OCDE são muitas vezes usados para justificar a importância das avaliações externas. O que se confirma é que há um controle do Estado e dos organismos internacionais no ensino português com acordos internacionais, legislação educacional em que consta com um calendário de aplicações de provas externas com a finalidade específica de medir o desempenho dos alunos portugueses e, que essas escolas e agrupamentos escolares portugueses em que são submetidas e obrigadas a aplicarem tais exames externos. Questionados os entrevistados, sobre o que seria qualidade do ensino, observou-se na fala de todos os sujeitos e o pesquisador sentiu dos entrevistados uma certa resistência em responder tal questionamento. O que se comprova é que o termo qualidade do ensino é demarcado pela concepção de mundo de cada sociedade em cada período histórico e a perspectiva de vida de cada sujeito e suas relações sociais. Levamos uma rica bagagem de conhecimento e aprendizagem em que o pesquisador teve contato com excelentes pesquisadores portugueses.

Palavras-chaves: Ensino português; políticas públicas; qualidade do ensino; avaliação educacional.